

PERSPECTIVAS SOBRE O MERCOSUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAL CRISE POLÍTICA DO BRASIL

Autor/es: **Marcelo PEREIRA FERNANDES (UFRJ, Brasil) y Rúbia Cristina WEGNER (UFRJ, Brasil):**

e-mail: mapefern@gmail.com

Resúmen:

Para quase totalidade dos países da América do Sul, o início do século XXI simbolizou uma mudança histórica em relação aos rumos do desenvolvimento econômico. Diversos dirigentes críticos à agenda neoliberal colocada em prática principalmente durante a década de 1990 ascenderam, pela via eleitoral e num curto espaço de tempo, a presidência da república. A vitória de tantos governos identificados com a esquerda política é algo inédito na região, mas não ocorreu por acaso. Ela é resultado justamente do fracasso das políticas neoliberais em alavancar uma nova fase de crescimento após a chamada “década perdida” dos anos 1980. Essa trajetória singular na América do Sul foi reconhecida por vários autores como um retorno a algum modelo de desenvolvimentismo econômico liderado pelo Estado. De tal modo, com esse cenário criou-se um ânimo novo sobre a integração sul-americana, em especial quanto ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Mercosul conta hoje com cinco Estados Partes, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, e mais cinco Estados Associados, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Bolívia está em processo de negociação para sua incorporação como membro pleno. No momento da sua criação em 26 de março de 1991, prevalecia a visão neoliberal do regionalismo. Nessa perspectiva a integração sul-americana faria parte de um processo de liberalização mais abrangente, com vistas à totalidade do continente americano no qual os Estados Unidos exerceriam um papel de liderança “natural”. Entretanto, o constrangimento gerado em vários países da região devido às reformas neoliberais da década de 1990 se materializou na chegada de governos identificados com uma agenda desenvolvimentista, com prioridades diferentes quanto ao processo de integração daqueles promovidos pelos governos anteriores. Com isso, o Mercosul introduziu uma agenda que pretendia ir além dos objetivos meramente econômicos de integração.

Nesse sentido, dentro desse novo processo de integração, o Brasil teve um papel proeminente desde a eleição do presidente Luiz Inácio Lula em 2002. No seu discurso de posse Lula afirmou que o Brasil queria associar seu destino ao da América do Sul. Essa relação mais estreita com os países sul-americanos foi mantida com a presidente Dilma Rousseff desde o início do seu governo em 2011. Assim, o Mercosul passou a ter um peso geopolítico importante para o país e o fortalecimento do bloco passou a prevalecer como estratégia.

No entanto, a conjuntura atual de grave crise política no Brasil, que resultou no afastamento da presidente Dilma em maio, ameaça o processo construído nos últimos anos. O atual governo interino começou com uma guinada para uma agenda neoliberal na economia. E não causou surpresa que isso também se refletiu na política externa. A nomeação de José Serra como ministro das relações internacionais marcou uma clara mudança de posição em relação à forma como o Brasil encaminha sua política externa. Por isso, uma das primeiras medidas do novo ministro foi requisitar um estudo de custo de postos diplomáticos abertos nos governos Lula e Dilma Rousseff na África e no Caribe. Com essa iniciativa embaixadas em países africanos e caribenhos deverão ser fechadas. José Serra também considera o Mercosul – nas suas próprias palavras – um “delírio megalomaniaco”, e que sua manutenção significa um retrocesso para o país. Em 2010 Serra já havia declarado que o governo boliviano de Evo Morales era cúmplice do tráfico de drogas. Portanto, a aposta de uma integração Sul-Sul provavelmente dará lugar a um projeto de aproximação das potências ocidentais, em especial com os Estados Unidos. Ao invés do Mercosul, a Aliança do Pacífico, em que prevalece um modelo liberal de integração, terá a prioridade.

O objetivo deste artigo é analisar as principais medidas de política externa do novo governo e verificar quais impactos em curto prazo tais medidas terão sobre o Mercosul. O bloco já conta com 25 anos de existência e uma estrutura institucional bastante consolidada que dificulta mudanças radicais, mesmo que determinado governo não o tenha como prioridade. Porém, não há como subestimar os impactos negativos das possíveis hostilidades do governo brasileiro sobre o Mercosul.